

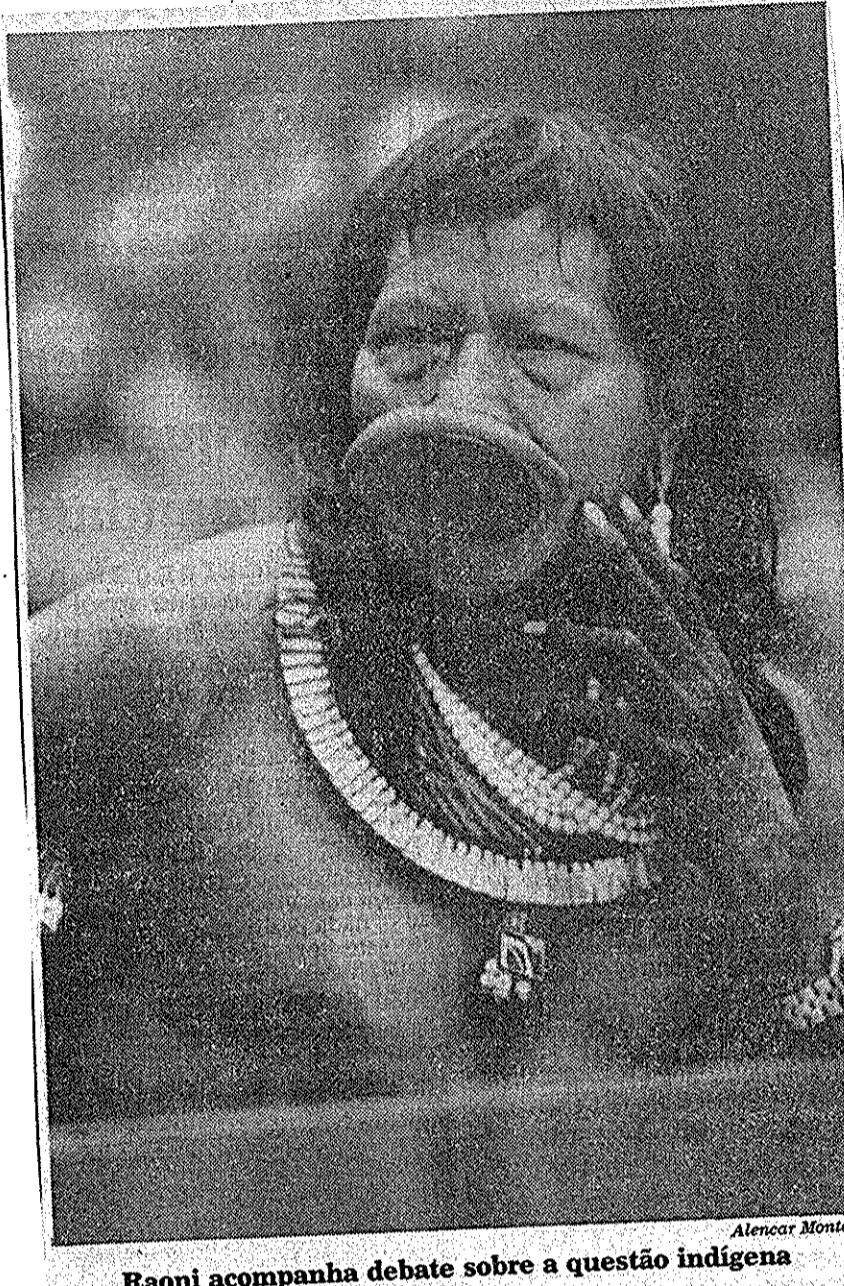
POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : DESP

CLASS. : 115

DATA : 28 DS 88

PG. : 2



Alencar Monteiro

Raoni acompanha debate sobre a questão indígena

O capítulo dos índios só consegue acordo parcial

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Ainda não há acordo sobre o capítulo que trata da questão indígena, que deverá entrar em votação na terça-feira, se houver quórum. Na reunião realizada ontem, os líderes partidários acertaram dois pontos polêmicos do capítulo: o direito dos índios sobre as terras racionalmente ocupadas e a determinação de que as lavras das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com a autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades interessadas.

A reunião das lideranças ocorreu após o encerramento da sessão da Constituinte. Foram mais de três horas de discussão para se acertar um único artigo. Tanto o texto do Centrão quanto o da Sistematização diziam que eram reconhecidos aos índios seus direitos originários sobre as terras de posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados. O novo texto, acatando sugestão do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), diz que são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Em seguida, foi acertado que viria um parágrafo único estabelecendo que "o aproveitamento dos recursos hídricos, inclusive dos potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei".

O novo texto atendeu aos dois lados, conforme anunciou o deputado Octávio Elísio (sem partido-MG),

porque garante efetivamente o direito dos índios. Os deputados Bonifácio de Andrade (PDS-MG) e José Lins (PFL-CE) também gostaram do texto, considerando que foi o melhor para os indígenas. Bonifácio e Lins fizeram questão de cumprimentar cada cacique que se encontrava a postos no auditório ao lado da sala de negociações, explicando que o Centrão não é contrário às suas causas e que reconhece o direito deles sobre a terras tradicionalmente ocupadas e a necessidade de sua demarcação.

"Não foram discussões emocionais como vinham acontecendo até então", disse o deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ). Ele lembrou que outro ponto polêmico trata da aculturação do índio. Tanto o texto do Centrão quanto o da Sistematização falam que os direitos especiais concedidos aos índios só se aplicam aos que efetivamente habitam terras indígenas e não possuam elevado grau de aculturação. A proposta não agradou os índios e, segundo o deputado Tadeu França (PMDB-PR), essa questão poderá ser facilmente superada na terça-feira. Nas discussões prévias já realizadas houve consenso de que se excluiria a situação dos índios aculturados do texto constitucional. De acordo com Tadeu França, estabelecer que os índios que falam a língua portuguesa e que adquiriram alguma vivência com a sociedade devem ser considerados cidadãos comuns "é um absurdo e seria um genocídio cultural".

Os cerca de cem índios de mais de 30 nações diferentes permanecerão em Brasília até terça-feira, quando o capítulo deverá ser votado. As mulheres indígenas, também presentes, pedem que sejam respeitadas pelos brancos, para que diminuam os casos de indias violentadas em tribos do País inteiro.

Sexta-feira esvazia plenário

Com apenas 200 parlamentares em plenário, a sessão de ontem da Assembleia Nacional Constituinte durou pouco mais de uma hora, sem quórum para votações. A sessão foi aberta às 9 horas, com nove constituintes presentes. Aos poucos, o número cresceu, mas não passou de 200 — 80 a menos do mínimo exigido para as deliberações.

O presidente Ulysses Guimarães convocou outra sessão para terça-feira, às 14h30, quando espera-seja completada a votação do título VIII, para, no dia seguinte, ser provavelmente submetida à deliberação do plenário a polêmica questão da duração do mandato do presidente José Sarney.